



Educação e Cultura

**Geminação de cidades**

Cidadania europeia activa

V A L E . D O . A V E



**INCLUA**

*juntos para a inclusão*

**CONFERÊNCIA INTERNACIONAL**

TRABALHANDO JUNTOS PARA A INCLUSÃO DOS IMIGRANTES

4 e 5 de Dezembro de 2006  
CIDADE DE GUIMARÃES  
CENTRO CULTURAL DE VILA FLOR

**Relatório Final**

**Relator: Pedro Góis**

## Índice

Índice.....	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
I PARTE: A Conferência INCLUA.....	4
Cerimónia de Abertura .....	4
SESSÕES PLENÁRIAS .....	10
PAINEL I – A IMIGRAÇÃO NO ESPAÇO DA UNIÃO EUROPEIA – REALIDADES E EXPECTATIVAS.....	10
PAINEL II - COOPERAÇÃO PARA UMA MELHOR INCLUSÃO .....	14
WORKSHOPS .....	22
Workshop I.....	22
Workshop II .....	23
Workshop III.....	23
Workshop IV .....	24
SESSÃO DE ENCERRAMENTO .....	26
2. CONCLUSÕES:.....	30
Anexos:.....	33

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## 1. INTRODUÇÃO

Nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2006 teve lugar no Centro Cultural Vila Flor em Guimarães a conferência Internacional INCLUA – Trabalhando Juntos para Inclusão dos Imigrantes. Esta conferência foi financiada pela Comissão Europeia, através do Programa de Acções de Geminação de Cidades – para a promoção da Cidadania Europeia Activa, DG EAC n.º 24/05 e organizada pela Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) em parceria com a Associação das Colectividades Têxteis Europeias (ACTE). Nesta ocasião reuniram-se mais de 80 representantes, eleitos e dirigentes de várias cidades da União Europeia e um conjunto diversificado de conferencistas nacionais e internacionais. Perante tais presenças e tendo contado ainda a participação do Governo Português, representado pelo Sub-Secretário de Estado Adjunto e da administração Interna e pelo Alto-Comissário para as Migrações e Minorias Étnicas fizeram desta Conferência, esta conferência constituiu, um marco de viragem no modo como o poder local encara a integração dos imigrantes em Portugal. Numa exposição das boas práticas desenvolvidas pelas várias cidades e/ou regiões envolvidas na ACTE a AMAVE propõe-se dar início a um projecto mais amplo no que diz respeito à integração de imigrantes. A descentralização que esta conferência pretendeu sublinhar iniciou-se com a escolha do local para a sua realização e foi amplamente sublinhada pela diversidade e qualidade das intervenções dos conferencistas que, ao longo de dois intensos dias de trabalho, procuraram dar continuidade a uma temática central no âmbito da AMAVE: a inclusão social. Os diversos conferencistas, bem como o muito público presente, analisaram e trocaram ideias sobre as formas de trabalhar, visando o melhoramento dos processos de incorporação social e do mundo do trabalho das pessoas provenientes de países extra comunitários, residentes nos municípios pertencentes ao projecto e promover uma identidade europeia comum sensibilizando os cidadãos para um papel activo na integração e incorporação de imigrantes. Dada a diversidade e riqueza da informação resultante desta conferência optámos por dividir este relatório em duas partes: a primeira acompanhando aquilo que foi a dinâmica da conferência; uma segunda parte com comentários e sugestões bem como uma breve conclusão.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



## I PARTE: A Conferência INCLUA

### Cerimónia de Abertura

A cerimónia de abertura contou com a presença na mesa de honra de: **Fernando Rocha Andrade** (Sub-Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna); **António Alberto de Castro Fernandes** (Presidente da AMAVE e Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso); **António Magalhães** (Presidente da Câmara Municipal de Guimarães); **Fernando Moniz** (Governador Civil do Distrito de Braga); **António Guimarães Rodrigues** (Comissário da Conferência e Reitor da Universidade do Minho); **Edgardo Canuto** (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Biella – Itália); **Theodoro Romero** (Vice-Presidente da Diputacion de Barcelona – Espanha); **Marcelino da Rosa** (Empresário Têxtil Luso-Caboverdiano). **António Vitorino** (Notekeyspeaker da Conferência e Presidente do Fórum Europa) que, por motivos de última hora, não pode estar presente tendo, no entanto, enviado a sua comunicação por escrito que foi lida por uma *voz off*.

A cerimónia de abertura contou com um conjunto de seis intervenções, que percorreu um caminho de visão do plano local para o plano nacional, europeu e mundial, através das palavras dos diferentes oradores. O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, **António Magalhães**, deu as boas vindas aos participantes e relevou a importância desta conferência para a cidade de Guimarães e para a região do Vale do Ave. Destacou ainda, na sua intervenção, as especificidades de uma região onde a Indústria Têxtil é ainda tão importante e os fenómenos da globalização se fazem sentir tão fortemente. O facto do Vale do Ave não ser uma região de forte imigração não inibe as preocupações com este fenómeno global que provoca uma deslocalização das indústrias de emprego massificado e atrai imigrantes das mais diferentes origens alterando as paisagens humanas um pouco por todo o mundo.

O Presidente da AMAVE e Presidente da Câmara Municipal de Sto. Tirso, **António Castro Guimarães**, na sua mensagem destacou o papel que a AMAVE tem vindo a desempenhar no território do conjunto dos Municípios que a integram, designadamente no que diz respeito a uma

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



promoção das dinâmicas do desenvolvimento local. Esta acção é muitas vezes exercida no âmbito de parcerias como a que envolve a ACTE que tem sede na Cidade de Guimarães, resultante de uma parceria transnacional alargada, e que hoje, pelo seu dinamismo, desfruta de um prestígio de grande relevância. Esta participação em múltiplos projectos Europeus, conferiu-lhe o Estatuto de Entidade Parceira da Comissão Europeia, em matérias na área do desenvolvimento local e regional de Municípios e Regiões Têxteis Europeias. A cooperação que tem tido lugar tem-se desenvolvido a múltiplos níveis e envolvendo vertentes diversas no âmbito do desenvolvimento local. A imigração é, afirmou António Castro Guimarães, actualmente, “um tema que envolve todos os parceiros da ACTE. Neste contexto surge a actualidade desta conferência a qual, tendo em conta os actuais índices elevados de imigração ilegal, proveniente da África Subsariana, da América Latina e de Países do Leste Europeu, e que, de uma forma geral, têm atingido os Países do Sul da Europa, deverá ser uma oportunidade de reflexão, apreciação e discussão das novas políticas para a imigração e das políticas de cooperação para o desenvolvimento”<sup>1</sup>.

**Edgardo Canuto** (Vereador do Município de Biella – Itália), por seu turno, e em nome da parceria com a AMAVE neste projecto, apresentou algumas linhas gerais que orientam o conjunto de cidades envolvidas na ACTE e a “importância de pensar as migrações numa perspectiva simultaneamente translocal e transnacional”. Para este eleito local, há muitos problemas a resolver no que respeita ao acolhimento dos imigrantes mas há que procurar resolver esses problemas enfrentando-os com coragem e sem preconceitos tentando olhar para além do imediatamente visível. Para Eduardo Canuto quem vê na imigração uma ameaça está errado. A imigração é uma grande oportunidade e não apenas económica, mas sobretudo humana para toda a sociedade e para o seu futuro. É no entanto necessário regular e regulamentar essa imigração. Por uma lado, é necessário lutar contra o crime que se alimenta desta imigração e, por outro, integrar rapidamente quem chega com vontade de se integrar. A Europa precisa dos imigrantes porque há trabalhos que os Europeus já não querem fazer, por isso é necessário evitar as situações de clandestinidade e ilegalidade em que vivem e

<sup>1</sup> A totalidade da Mensagem do Presidente do Conselho de Administração da AMAVE pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es/MensagemPresidentedaAMAVE/tabid/149/Default.aspx>.

laboram muitos destes imigrantes. Complementarmente, a Europa tem que olhar para a forma de apoiar o desenvolvimento dos países de origem destes imigrantes “para que também lá, haja esperança de futuro e de desenvolvimento”. Ocasões como as proporcionadas por esta conferência são ocasiões especiais para trocar sinergias, experiências, para encontrar uma estratégia comum<sup>2</sup>.

Já **Marcelino da Rosa**, empresário de sucesso luso-caboverdiano, trouxe à conferência uma perspectiva mais individualizada da imigração e do empreendedorismo imigrante mostrando como as opções individuais são também um vector da integração imigrante. Através do relato de sucesso da sua história empresarial, Marcelino da Rosa salientou o facto de ter sido acolhido de uma forma que potenciou o seu sucesso mas também o facto de ser necessário aproveitar as oportunidades que as regiões de acolhimento conferem. Para este outrora imigrante, hoje cidadão de Guimarães, o sucesso, os direitos e os deveres são sempre partilhados entre o imigrante e a sociedade de origem. Para haver uma boa integração dos imigrantes nas Cidades que os acolhem, além da compreensão dos cidadãos, é precisa uma atenção especial dos políticos que dirigem as cidades e só uma junção destas duas vontades levará a uma integração dos imigrantes. Marcelino da Rosa destacou ainda o papel dos imigrantes na ajuda ao desenvolvimento dos seus países de origem que se soma ao contributo para as sociedades de destino<sup>3</sup>.

**Frederic Lerais**, representante da Comissão Europeia, trouxe para a conferência uma perspectiva macro-regional mostrando como “os problemas globais só se podem responder de forma concentrada”. Para este conselheiro de Durão Barroso, a importância das políticas Europeias, como “a política de imigração e integração comum, são as únicas formas possíveis de actuar perante a complexidade das migrações actuais”. A Europa vai precisar de imigrantes. Já precisa actualmente e vai precisar no futuro. É preciso que a integração destes imigrantes seja um sucesso afirmou Frederic Lerais. Num mercado único interno, as migrações são um tema importante para a Comissão Europeia que acaba de publicar um relatório sobre o tema, intitulado “Imigração e percepção pública”. Este relatório, que pode ser consultado em

2 O Discurso do Presidente da AG da ACTE - Edgardo Canuto pode ser consultado em:

<http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>

<sup>3</sup> O Discurso de Marcelino da Rosa pode ser consultado em:

<http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>

[ec.europa.eu/dgs/policy\\_advisers/publications/docs/bepa\\_migration\\_final\\_09\\_10\\_006\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/policy_advisers/publications/docs/bepa_migration_final_09_10_006_en.pdf), foi apresentado pelo conferencista Frederic Lerais através de um powerpoint bastante pormenorizado. Na sua apresentação, Frederic Lerais destacou várias dimensões da integração e os problemas e desafios que esta integração apresenta nos países europeus. Partindo da assumpção da inevitabilidade e necessidade dessa imigração para a União Europeia, Frederic Lerais expôs as principais características da imigração na Europa, apresentou o processo de integração dos imigrantes como sendo um movimento de adaptação com duplo sentido: sociedade de acolhimento – imigrantes – sociedade de acolhimento e defendeu que a percepção pública da presença de imigrantes é um factor chave na sua integração<sup>4</sup>.

O Comissário da Conferência e Reitor da Universidade do Minho **António Guimarães Rodrigues** destacou, na sua intervenção, o facto de ser muito “importante debater os fenómenos da migração e aprofundar e compreender as suas razões estruturais e as suas implicações sociais”. De acordo com o Magnífico Reitor, a imigração corresponde a uma necessidade dos Países Europeus, para a qual devem ser encontrados os melhores modelos sendo necessário reflectir sobre o impacto económico da imigração, sobre as actuais políticas de integração, sobre as políticas de cooperação e de apoio a países terceiros para o desenvolvimento sistémico de uma melhor inclusão. Para **António Guimarães Rodrigues** “este debate deve ser alargado para além do meio político ou académico, para que possam ser recolhidas as percepções e contribuições da sociedade civil em geral”. O Reitor da Universidade do Minho e Comissário da Conferência INCLUA, António Guimarães Rodrigues destacou a importância da ligação entre o mundo académico, o mundo empresarial e o poder local na solução dos problemas gerados pela integração de imigrantes. O exemplo feliz desta conferência como pólo de debate inter regiões e intra instituições é um exemplo que o Minho dá ao mundo de que os diálogos são possíveis<sup>56</sup>.

<sup>4</sup> O documento em power point que serviu de base a esta apresentação pode ser consultado em: <http://www.inclua.eu/Default.aspx?tabid=150>

<sup>5</sup> A Mensagem do Comissário da Conferência Internacional INCLUA pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es/MensagemComiss%C3%A1riodaConfer%C3%A2ncia/tabid/148/Default.aspx>

Na sua comunicação, **António Vitorino** destacou a actualidade e a oportunidade do tema proposto e a pertinência da sua discussão pública em Portugal, na sequência de outras iniciativas, nomeadamente do Fórum Gulbenkian Imigração. A importância desta conferência está bem expressa no facto de a AMAVE e a ACTE terem decidido fazer do tema da imigração um dos eixos importantes da respectivas dinâmicas associativas, tendo a ACTE criado um Grupo de Trabalho sobre Imigração de Cooperação para o Desenvolvimento, e tendo, para o efeito, convidado para Parceiros Estratégicos o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Para António Vitorino, Portugal é hoje um país de destino de imigrantes, provenientes de várias origens cada vez mais diversificadas. Simultaneamente, porém, esta realidade é partilhada por várias outras regiões da UE que partilham problemas e podem, com iniciativas como esta, partilhar também soluções. Esta centralidade das migrações está bem presente no facto de esta conferência não ser um acontecimento isolado, mas ser antes o resultado de um compromisso dos Municípios que integram este Projecto e representar o culminar de um processo de debate e de formulação de linhas de orientação e possíveis recomendações sobre as várias componentes das políticas de imigração e da cooperação, adequadas às realidades dos nossos dias, no plano internacional e no plano nacional<sup>7</sup>.

O Sub-Secretário de Estado da Administração Interna **Fernando Rocha Andrade**, em representação do Governo Português, assinalou o facto de Portugal ter deixado de ser um país de emigração para passar a ser um país de imigração. Para o sub-Secretário de Estado, esta realidade recente permite a Portugal compreender melhor a imigração e, de algum modo, liderar algumas das boas práticas de integração de imigrantes. Fernando Rocha Andrade assinalou, como exemplo, o direito de voto para as eleições locais de um grupo significativo de imigrantes baseado no princípio da reciprocidade. Em representação do Governo, o Sub-Secretário de Estado do Ministério da Administração Interna, Fernando Rocha Andrade, destacou a importância desta conferência para o País e a sua actualidade num momento em que a Assembleia da República se prepara para aprovar uma nova Lei da

<sup>6</sup> O Discurso de Abertura do Comissário da Conferência Internacional Inclua pode ser consultado em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>

<sup>7</sup> A Mensagem do Keynote speaker da Conferência Dr. António Vitorino pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es/MensagemKeynotespeaker/tabid/147/Default.aspx>.

Imigração. Um exemplo da compreensão do fenómeno migratório poderá ser encontrado nas diversas possibilidades oferecidas pela nova «lei de imigração» que visa reduzir a burocracia e promover a facilitação de processos para a legalização e manutenção do estatuto de legalidade dos cidadãos estrangeiros em Portugal.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## SESSÕES PLENÁRIAS

### PAINEL I – A IMIGRAÇÃO NO ESPAÇO DA UNIÃO EUROPEIA – REALIDADES E EXPECTATIVAS

Esta primeira sessão plenária pretendeu reflectir sobre a Imigração no Espaço da União Europeia, sobre o impacto económico da imigração, sobre as actuais políticas de integração e sobre a experiência de reconhecimento de habilitações dos imigrantes. Abrindo a sessão **Luis Lobo-Fernandes**, Pró-Reitor da Universidade do Minho, destacou o facto de ser AMAVE a tomar o encargo de organizar uma conferência sobre esta problemática tão actual. Realçando a importância desta reflexão ser feita também no seio da ACTE, uma associação de um sector exposto à globalização, Luis Lobo-Fernandes, apresentou o problema da imigração na Europa como um «bom problema», que exige responsabilidade das várias instituições envolvidas e do próprio imigrante. Para este académico, só juntando os esforços dos membros da União Europeia será possível enfrentar os desafios que a imigração acarreta para a Europa e só uma União Europeia forte poderá ter força suficiente para fazer ouvir a sua voz e os seus valores.

**Fabio Giovagnoli**, Vice-Presidente da Comune di Prato – Itália, moderou a sessão. Através de uma introdução, em que apresentou a experiência da imigração na Província de Prato, mostrou como a imigração pode ser vista como uma oportunidade e um desafio para a reestruturação económica de uma dada região. Para Fabio Giovagnoli a “imigração é a globalização à porta de casa”. Ao mesmo tempo que emergem oportunidades económicas para entrar em mercados menos desenvolvidos, o mercado de trabalho local abre-se aos imigrantes que a ele trazem características e qualificações necessárias. Para este eleito local, as regiões de base industrial sofrem mais fortemente os efeitos da competição internacional e, neste caso, as regiões e cidades pertencentes à ACTE, têm, certamente, um conjunto de experiências a partilhar. O caso da Província de Prato, que será apresentado por Manuela Taverniti é elucidativo dos desafios e constrangimentos que a imigração pode representar.

**Eduardo Sousa Ferreira** construiu a sua apresentação em torno do impacto da imigração na economia da União Europeia dividindo-a em duas partes. Numa primeira parte, apresentou os dados e os conceitos para analisar esta problemática e, numa segunda parte, apresentou a fronteira a que

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



10

chegou a investigação nesta área. Para Eduardo Sousa Ferreira os efeitos da imigração na União Europeia são obviamente diferentes consoante as fases em que esta se realiza. Dividindo as migrações para a Europa em 4 fases, Sousa Ferreira explica os diferentes fluxos migratórios para a Europa: (I) a fase do pós-guerra em que sobretudo a Itália fornece mão-de-obra à Alemanha; (II) a segunda fase, conhecida como *gasterbeiter* ou trabalhadores convidados, em que um conjunto de trabalhadores de vários países (e.g. Turquia, ex.-Jugoslávia, Portugal, Espanha, Itália ou Grécia) são convidados a migrar para os países da Europa Central numa lógica de estadia de curto prazo, isto é, era suposto regressarem aos seus países. Como sabemos, em grande parte, tal não se verificou; (III) com o choque petrolífero de 1973 ocorre um bloqueio desta imigração passando a existir apenas uma migração de reagrupamento familiar que caracteriza a terceira fase das migrações na Europa; (IV) a quarta fase, que é aquela onde ainda estamos, tem origem nos anos 80 e em que a Europa Ocidental vai receber imigrantes de múltiplas origens, destacando-se os imigrantes com origem na Europa de Leste. Cada uma destas fases migratórias vai ter, de acordo com o orador, impactos diferentes e diferenciados na Europa e em cada um dos países. O facto de partilharem as características de uma mesma fase migratória não implica que os impactos ao nível dos países seja o mesmo. Para Eduardo Sousa Ferreira, embora interligados, os impactos são bem diferentes em cada um dos países da União Europeia. Através de um exemplo, Sousa Ferreira mostrou como comparando a imigração para a Alemanha e para a Dinamarca podemos verificar diferentes características na integração no mercado de trabalho dos dois países. Relacionando variáveis como a formação / qualificação dos imigrantes, a estrutura do mercado de trabalho e o próprio *Welfare State* dos dois países, Sousa Ferreira mostra como se obtêm diferentes inserções laborais e sociais. Num outro plano, o da Estratégia de Lisboa, Sousa Ferreira chama a atenção para a importância de se considerar a população imigrante na prossecução do objectivo de tornar a economia Europeia na mais competitiva do mundo a médio prazo. Para além da capacidade empreendedora dos imigrantes que é de destacar, importa igualmente realçar a necessidade da mão-de-obra imigrante sem a qual muitos sectores deixarão de poder existir na Europa. A agricultura é disso um exemplo. Um outro exemplo pode ser encontrado na problemática da imigração qualificada que sofre um processo de desqualificação com o processo migratório. Para Sousa Ferreira, o problema do reconhecimento de qualificações e competências será central para a imigração e sua integração na Europa. Ao nível económico, a contribuição dos imigrantes para a economia dos países / regiões em que se inserem é

sempre positiva. Quer se trate de uma contribuição ao nível micro-económico, onde parece óbvio que o empresário só contratará um imigrante se a sua produtividade marginal for superior ao seu custo marginal, quer ao nível macro-económico, onde a sua contribuição produtiva, fiscal e ao nível da segurança social tenderá a ser positiva, pelo menos na fase activa do ciclo de vida do imigrante. Inspirando-se no seu estudo “Viagens de Ulisses”, e através do exemplo português, Sousa Ferreira mostrou como medir a contribuição económica dos imigrantes e qual o seu valor (cerca de 5% do VAB total / ano no caso português). Passando à segunda parte da sua análise, Eduardo Sousa Ferreira procurou mostrar as fronteiras em que o conhecimento académico se encontra no que respeita à problemática das migrações. Destacou a mudança de códigos com que podemos aferir a evolução das sociedades, a perda de valores e referentes tradicionais e a mudança para um novo tipo de sociedade em que o emprego deixou de ser o lugar central da vida humana.

**Maria José Lino** Representante do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, abordou as políticas de imigração e integração portuguesas a partir da experiência do ACIME. Através de uma análise da evolução do volume e tipos de imigração em Portugal, Maria José Lino mostrou de que modo o ACIME procura responder a estes desafios. Tendo como base uma apresentação em *power point*, Maria José Lino descreveu de forma bastante pormenorizada as principais boas práticas do ACIME. Destacamos de entre estas boas práticas aquelas que serão facilmente exportáveis como sejam, a linha SOS imigrante, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI), o Serviço de Conferência Telefónica de Tradução, o GATAIME (Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas), O Observatório da Imigração (OI), os centros de recursos e documentação<sup>8</sup>.

**Manuela Traverniti** da Província de Prato, em Itália, apresentou um estudo de caso concreto de integração de imigrantes numa região concreta da Europa. Partindo de uma apresentação do enquadramento jurídico-legal da imigração em Itália, Manuela Traverniti apresentou a situação da imigração na Província de Prato através de dados estatísticos e dos projectos e políticas prosseguidas pela província para a integração dos imigrantes. A particularidade desta província no contexto

<sup>8</sup> A comunicação de Maria José Lino, Representante do ACIME pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>.

italiano, ou mesmo Europeu, é de deter uma grande percentagem de imigrantes com origem na China (cerca de 40% do total) que acabam por influenciar muitas das políticas e estruturas criadas, seguidos de albaneses (20%) marroquinos (7%) e paquistaneses (7%). De entre as boas práticas apresentadas pela representante da Província de Prato destacamos o Centro de Investigação e Serviços para a Imigração, o Observatório Provincial de Imigração, o projecto *Babele da biblioteca Lazzerini* ([www.babele.po-net.prato.it](http://www.babele.po-net.prato.it)) que propõe obras em diferentes línguas (e.g. Chinês, Árabe ou Urdu), *L'albero della salute* que promove uma mediação cultural no campo da saúde (e.g. acesso a medicinas tradicionais, biomedicina, medicamentos de base étnica), Porto Franco - Tuscany. Land of peoples and cultures, o festival inter-étnico *Alter Mundi*, o projecto *Diversamente* de educação multicultural e religiosa<sup>910</sup>.

**Luisa Sanches Valle** da Fundação Calouste Gulbenkian, através de uma comunicação escrita, apresentou os Projectos de Reconhecimento de Habilitações de Médicos e de Enfermeiros Imigrantes promovidos pela FCG, através dos quais foi possível apoiar, respectivamente, 120 médicos e 69 enfermeiros que se encontravam em Portugal a residir legalmente e a trabalhar em áreas que nada tinham a ver com as suas profissões. O Projecto de Reconhecimento de Habilitações de Médicos Imigrantes foi lançado em 2002, em resultado da convergência de três tendências: (a) a existência em Portugal de um número muito elevado de imigrantes com elevadas habilitações, designadamente na área da medicina, que se encontravam a desempenhar tarefas não qualificadas, nomeadamente na construção civil, trabalhos domésticos ou restauração; (b) a reconhecida carência de médicos portugueses; (c) a vontade sentida pela Fundação Gulbenkian de passar da teoria à experimentação, através da concepção e financiamento de projectos de integração social e profissional de imigrantes qualificados, que permitissem que aqueles homens e mulheres pudessem exercer em Portugal a profissão para que foram preparados nos seus países de origem. Para a realização do projecto, a Fundação Gulbenkian fez uma parceria com uma ONG - o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS). Em síntese, o Projecto teve uma duração de 3 anos, apoiou 120 médicos (65 homens e 55 mulheres), sendo 109 provenientes de vários países da Europa de Leste, na sua maioria

<sup>9</sup> Para saber mais sobre as diversas actividades sintetizadas nesta comunicação ver o site: <http://www.provincia.prato.it>.

<sup>10</sup> A Comunicação da representante da Província di Prato - Manuela Tavernitti pode ser consultado em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>.

da Ucrânia e da Moldávia, 7 dos PALOP's e 4 de outras nacionalidades. 106 destes médicos obtiveram equivalência para as suas habilitações académicas e autorização para o exercício da medicina em Portugal. Entretanto, em 2004 a FCG e o JRS lançaram um novo Projecto de reconhecimento de habilitações, desta vez dirigido a enfermeiros imigrantes. Os apoios concedidos foram do mesmo tipo dos do Projecto dos médicos mas ocorreram alterações na metodologia, designadamente: (a) o alargamento da parceria responsável pela concepção e execução do projecto, com a inclusão de uma entidade formadora e outra empregadora para garantir um melhor acompanhamento dos candidatos, quer ao longo do processo de obtenção de equivalências, quer na fase de integração profissional. Assim, à FCG e ao JRS, juntaram-se a Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil e o Hospital Fernando da Fonseca; (b) o reforço do ensino da língua Portuguesa, incluindo uma grande atenção à terminologia técnica, para melhorar a capacidade de comunicação destes profissionais, especialmente com os doentes; (c) o acompanhamento durante a primeira fase de integração profissional, bem como o apoio à integração das suas famílias, quando necessário. Através deste projecto, que contou com financiamento do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, foram apoiados 69 enfermeiros (20 homens e 9 mulheres), todos provenientes de países da Europa de leste (31 da Ucrânia, 28 da Moldávia, 7 da Rússia e 3 da Bulgária), tendo 45 destes enfermeiros obtido equivalência para as suas habilitações académicas e autorização para o exercício da sua profissão em Portugal<sup>11</sup>.

## PAINEL II - COOPERAÇÃO PARA UMA MELHOR INCLUSÃO

Neste segundo painel pretendeu-se reflectir sobre as Políticas de Cooperação para o desenvolvimento de uma melhor Inclusão, compilando experiências de Políticas de Cooperação, de Apoios a Países Terceiros e da importância do Voluntariado na concretização destas políticas, numa sessão presidida por Theodoro Romero, (Deputado da Província de Barcelona, Presidente do Fundo Catalão para a Cooperação) e Moderada por Maria Lucinda Fonseca, Prof. Catedática da Universidade de Lisboa.

<sup>11</sup> A mensagem de Luisa Valle, representante da Fundação Calouste Gulbenkian pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>.

Da introdução ao painel por **Theodoro Romero** destaca-se a descrição da cooperação intermunicipal que deu origem à rede de municípios da Catalunha em que, por sua vez, se originou o Fundo Catalão para a Cooperação e da rede de municípios espanhóis que originou a cooperação Espanhola de Fundos para a Cooperação e Desenvolvimento. Ambas as estruturas prosseguem o objectivo de realizar uma cooperação descentralizada, do local ao local, em que a proximidade é o factor distintivo. Destaca-se ainda da sua intervenção, o conceito de políticas e estruturas de apoio ao co-desenvolvimento (no local destino dos imigrantes e nos seus locais de origem) como solução para uma melhor integração actual e para uma prevenção dos problemas da pressão migratória no médio e longo prazo. Assumir os imigrantes como os melhores embaixadores dos seus locais de origem é uma decisão estratégica porque traz consigo a possibilidade de os envolver na escolha e discussão dos projectos de ajuda ao desenvolvimento nos seus países de origem ao mesmo tempo que os leva a envolver-se com a sociedade dos países de acolhimento. Por último, foi introduzido no debate o conceito de «responsabilidade social empresarial» integrando as empresas e o tecido económico na obrigação de acolher e integrar os imigrantes mas também de promover iniciativas que levem a que os territórios de acolhimento sejam, também eles, socialmente responsáveis.

**Manuela Afonso**, da Divisão de Avaliação, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) fez uma comunicação com o título “Políticas de Apoio aos Países Terceiros” onde apresentou as políticas portuguesas de apoio ao desenvolvimento. Baseada num *power point* bastante desenvolvido, Manuela Afonso apresentou os principais eixos e inovações das políticas de Cooperação e Apoio ao Desenvolvimento. Destacamos na sua apresentação a prioridade dada pelo IPAD aos países lusófonos (CPLP) e o desenvolvimento de projectos multilaterais, que envolvem vários parceiros e um conjunto de eixos prioritários pre-definidos. Os aspectos inovadores da política de apoio ao desenvolvimento do IPAD, tal como apresentados por Manuela Afonso, podem ser concentrados nos seguintes tópicos: (a) abordagem Bi-Multi, onde à abordagem bilateral tradicional, se procura agora juntar uma abordagem com parceiros multilaterais; (b) aumento da eficiência, eficácia e coerência; (c) enquadramento de princípios, valores e prioridades para a implementação de políticas sectoriais para a Educação (ex. definição de uma nova política de bolsas e estratégias

sectoriais), para a Saúde, para a boa Governação, para o Género ou para o Ambiente e desenvolvimento Rural, que tem a ver com a necessidade de nortear a cooperação entre todos os actores envolvidos; (d) o conceito de concentração: um novo instrumento da cooperação portuguesa –Cluster que visa a abordagem tendo como pano de fundo uma mesma região geográfica num país parceiro (ex. da Ilha de Moçambique); (e) um (novo) mecanismo da cooperação portuguesa em linha com as boas práticas internacionais, designadamente, a criação de uma Sociedade Financeira de Apoio ao Investimento Estrangeiro (SOFID); (f) o reforço da cooperação inter-ministerial; (g) a criação de um mecanismo de diálogo com a sociedade civil -Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento que será operacionalizado em breve. Manuela Afonso apresentou diversos Planos Indicativos de Cooperação (PIC), designadamente os que envolvem os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), apresentou as avaliações já realizadas a estes PIC e as propostas para novas orientações para os PIC resultantes desta avaliação. Apresentou ainda, como uma boa prática de cooperação, a constituição da Comissão Consultiva para as questões da imigração cabo-verdiana em Portugal, constituída por representantes de Cabo Verde e Portugal e que tem como objectivos: (1) acompanhar a situação das comunidades cabo-verdianas imigrantes em Portugal; (2) apoiar a possibilidade de os quadros imigrados darem um contributo no desenvolvimento de Cabo Verde e (3) criar um gabinete/centro de apoio aos migrantes, na Praia, para esclareceros potenciais migrantes sobre aquilo que os espera no país de destino<sup>1213</sup>.

**Fátima Proença**, Directora da Associação para a Cooperação Entre-os-Povos, apresentou uma comunicação relacionando a cooperação para o desenvolvimento e a imigração com origem nos países em desenvolvimento. Na sua intervenção, Fátima Proença tomou como exemplo a actuação concertada de actores de tipos vários (ONG's, Estado português, actores locais) em situações como a guerra na Guiné-Bissau (anos 90) e situações de catástrofe como a do tremor de terra no Paquistão no ano de 2004. Estas intervenções foram despoletadas a partir de uma concertação de actores imigrantes em Portugal que procuraram ajuda no seio de organizações e instituições portuguesas que

<sup>12</sup> A Comunicação de Manuela Afonso representante do IPAD pode ser consultada em: <http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>.

<sup>13</sup> Mais informação sobre o trabalho desenvolvido pelo IPAD pode ser encontrada em: <http://www.ipad.mne.gov.pt>.

pudessem intervir nos seus países de origem. Estes exemplos permitem destacar a possibilidade de concertar uma rede de actores de organizações de cooperação para o desenvolvimento para actuação em casos concretos. Destaca-se ainda nestas experiências a possibilidade de influenciar a opinião pública portuguesa mas também de intervir junto do Governo Português e da União Europeia como factor de *lobby* sensibilizando-os para estes problemas. Um terceiro destaque que resulta destas experiências tem a ver com a capacitação das associações de imigrantes em Portugal, que passam a funcionar como parceiros de corpo inteiro nestes projectos, à semelhança do que acontece com as ONG's como agentes de apoio à cooperação e desenvolvimento. Através destes exemplos torna-se necessário, de acordo com Fátima Proença, encarar o desafio de construir um triângulo de investigação/acção que interligue um tipo específico de cooperação – a cooperação descentralizada – com a educação para o desenvolvimento e o “lobbying”. Este modelo permitirá uma proximidade dos “beneficiários”, uma maior independência face aos poderes centrais, um maior equilíbrio de poder entre os vários actores; uma maior capacidade de criatividade e de risco; maior sensibilidade às exigências da coerência entre políticas que afectam a cooperação e os imigrantes; maior flexibilidade e rapidez com menores custos fixos. O modelo proposto comporta também alguns riscos como sejam: o esvaziamento e desresponsabilização dos Estados; conflitos por acesso a recursos; reprodução não reflectida dos modelos da cooperação centralizada; surgimento de novas burocracias e novas elites; reprodução de estereótipos sobre os imigrantes e sobre os países de origem para a obtenção de fundos. Isto significa que esta proposta comporta alguns desafios de longo prazo, neste projecto de integrar as comunidades imigrantes na cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente: a necessidade de pensar, planear e intervir no longo prazo; a necessidade de construir um protagonismo partilhado; a necessidade de garantir consistência nas acções; a necessidade de articular, para rentabilizar, os recursos. Fátima Proença chamou igualmente à atenção para três armadilhas: (I) a armadilha da tripla exploração dos imigrantes aqui, apoio à família lá e ainda a participação em projectos cá e lá; (II) a armadilha da imagem dos que partiram junto dos que ficaram, uma vez que, por vezes, há um sentimento de recusa por parte dos que ficaram que podem ver o emigrante como um privilegiado; (III) a armadilha dos conceitos: por exemplo, de conceitos estereotipados como os representados nos pares de conceitos tolerância/arrogância, pobreza/riqueza, integração/assimilação/aculturação. De acordo com Fátima Proença, por vezes, estes conceitos contêm em si preconceitos culturais sem sentido que, em última

análise, podem destruir tudo aquilo que se tenta construir em matéria de Cooperação e Desenvolvimento. Esta chamada de atenção é particularmente importante num momento em que o modelo de desenvolvimento parece ser único e parece ser a solução para todos os países, o que, como sabemos, não corresponde à verdade.

**Lucinda Fonseca**, Prof. Catedrática da Universidade de Lisboa e especialista em migrações, destacou na sua intervenção a actualidade da imbricação entre imigração e políticas para a Cooperação e Desenvolvimento. A não consagração desta ligação nas políticas migratórias de um país, isto é, não considerar a promoção do desenvolvimento das regiões de origem dos migrantes, pode gerar o fracasso dessas políticas. Uma política de imigração não se pode limitar a uma política de imigração. Estamos conscientes, alíás, na Europa, do resultado a que conduziram as políticas de fechamento ou “Europa fortaleza”, nomeadamente: a um aumento da pressão migratória e a uma sustentabilidade de migrações clandestinas. Por outro lado, estamos hoje conscientes da necessidade que os países ricos têm de mão-de-obra com origem nesses países. As orientações comunitárias têm recentemente vindo a assumir esta realidade e a defender a ligação entre imigração e políticas de Cooperação para o Desenvolvimento. Estas políticas eram tradicionalmente descendentes de relações coloniais e apenas as remessas dos emigrantes eram incluídas nessa relação entre desenvolvimento e imigração. Actualmente, esta relação entre imigração e desenvolvimento superou em muito esta lógica porque, por um lado, superou já as relações bi-laterais entre Estados, porque envolve vários níveis de poder local em que o nível de cooperação descentralizada superou o papel tradicional dos municípios. Por outro lado, os próprios imigrantes são hoje actores activos na promoção do desenvolvimento dos seus países de destino e necessitam da ajuda das instituições das regiões onde se inserem na coordenação deste tipo de apoio ao desenvolvimento. Tudo isto obriga a que haja uma coordenação de várias políticas (e. g. políticas de imigração, políticas de desenvolvimento, políticas sectoriais) e obriga a novas formas de governação que envolvem diferentes tipos de actores (e. g. a União Europeia, os Governos Nacionais, os órgãos de poder local, as ONG’s os próprios imigrantes). A cooperação para o desenvolvimento só será eficaz se implicar uma co-organização e uma co-responsabilização por parte dos países destinatários da ajuda. Um último sublinhado por parte de

Lucinda Fonseca envolve a necessidade de promover mecanismos que visem uma adequada promoção pública da real importância da imigração para os países de acolhimento. Muitas vezes, uma má percepção pública dessa importância impede ou obstaculiza a realização de políticas adequadas. Por outro lado, a importância do aumento da mobilidade da população e do fenómeno da globalização nas dinâmicas de transformação das sociedades actuais é hoje assumida por todos. As grandes questões a que as sociedades têm hoje que responder são por exemplo: como compatibilizar a diversidade étnica e cultural com a coesão social; como compatibilizar competitividade com coesão social. Três níveis de resposta foram apresentados: em primeiro lugar o papel da Igreja ou das instituições religiosas; um segundo nível o da sociedade civil; um terceiro vector o das respostas políticas e das formas de organização política.

**Eduardo Duque**, Sacerdote da Igreja Católica e Sociólogo, apresentou a sua visão sobre o Papel da Igreja na Sociabilização Multicultural. Para Eduardo Duque, a questão que se coloca, num mundo globalizado, é o de saber qual o papel que a Igreja exerce ou deve exercer na sociabilização cultural, isto é, que marco de relação e colaboração deverá a Igreja ter com a sociedade civil? Ou, de outra forma, terá a Igreja algum papel, alguma função a desempenhar na sociedade moderna, concretamente, em relação à forma como colabora com outros agentes socializadores na inserção e integração dos indivíduos, através de atitudes, costumes, valores, crenças, etc., na vida social? Ou deve a Igreja, como alguns pensam, fechar-se no campo teológico ou espiritual, como se estes nada tivessem a haver com a realização das pessoas? Para Eduardo Duque, a Igreja tem estado atenta à evolução das migrações. Exemplo disso são o conjunto de testemunhos que os vários Papas deixaram, designadamente, sob a forma de encíclicas e outros documentos de enquadramento teológico elaborados. Também em termos concretos, de intervenção no terreno, a Igreja tem participado em múltiplas actividades de acolhimento e envolvimento com as migrações. A Igreja anuncia e denuncia... A Igreja Portuguesa, da mesma forma, também não é alheia a este fenómeno. A Igreja não é um poder alternativo ou uma terceira via entre o capitalismo liberal e o marxismo comunista, a Igreja transporta em si o dever de contribuir para o bem da Humanidade. A sua presença e participação manifesta-se de diversas formas, em diferentes lugares e textos. Exemplos

disso mesmo são o trabalho que tem desempenhado a “Comissão Episcopal da Mobilidade Humana” e a “Obra Católica Portuguesa de Migrações” (OCPM) que vêm apontando o envolvimento da sociedade civil, das paróquias, associações e colectividades como a única saída para o problema da *imigração ilegal*. Poder-se-ia também apontar os inúmeros textos que a Conferência Episcopal Portuguesa tem publicado, abordando os mais variados e distintos ângulos desta premente temática. Para Eduardo Duque, ao abordar a questão da imigração, não se pode negligenciar todo um conjunto de factores e isolar esta dimensão como que se de um fenómeno simples se tratasse. A Igreja sente-se chamada a intervir, alentada pelos sinais antecipatórios de um futuro melhor, actuando para tornar possível uma outra civilização com uma nova ordem social. Para Eduardo Duque, este envolvimento da Igreja é essencial e contribuirá para uma melhor integração<sup>14</sup>.

A partir do trabalho da associação NÓS, uma ONGD criada em 2000 e, inicialmente, focalizada no apoio à Cooperação para o Desenvolvimento com a Guiné Bissau, **Jerónimo Silva** procurou questionar o papel do voluntariado na integração de imigrantes, da multiculturalidade e do “choque” entre culturas. Através de uma comunicação baseada na sua experiência de voluntário, Jerónimo Silva questionou o modo como em diferentes espaços sócio-políticos a questão da mobilidade geográfica, ou da conceptualização do imigrante como estranho tem sido construída. De acordo com a sua apresentação, ao questionarmos o outro como estranho, estrangeiro, colocamos as nossas próprias questões sobre quem afinal somos nós? Abordando o passado da emigração portuguesa, Jerónimo Silva, reflectiu sobre as necessidades de se alterarem políticas de acolhimento, de livre circulação e de oportunidades para os jovens de países terceiros a quem as oportunidades de mobilidade têm sido negadas. Na sua comunicação, Jerónimo Silva alertou ainda para a necessidade de conceder novas oportunidades aos que a História e a globalização impediu de estar nos países centrais e defendeu a ideia de que a ruptura com a exclusão só pode ser feita através de políticas de

<sup>14</sup> A comunicação de Eduardo Duque pode ser consultada em:  
<http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>.

inclusão que tenham em conta, também, a possibilidade de circulação geográfica das populações dos países do Sul<sup>15</sup>.

A representante do Servicio de Políticas de Diversidad y Ciudadanía, Área de Igualdad y Ciudadanía da Diputació de Barcelona, **Marta Sole Pascual**, apresentou na sua comunicação os principais projectos da sua instituição no que se refere a boas práticas de integração de imigrantes. Ressalvando o facto de apenas de forma indirecta a experiência da instituição que representa poder ser enquadrada na acção de Cooperação para o desenvolvimento, Marta Sole Pascual sublinhou no entanto a importância das políticas de acolhimento e integração de imigrantes como potenciadoras de um envolvimento com o desenvolvimento dos países de origem. Com o suporte de um *power point* Marta Sole Pascual apresentou, através de uma sequência de slides, o organigrama organizacional do serviço que representa e a população a que se dirige. Tratando-se de uma administração local de segundo grau, uma estrutura intermédia de nível regional, este serviço visa, no essencial, contribuir para uma concertação de políticas e de práticas por parte dos municípios que pertencem a esta rede inter-municipal. Através de consultadoria, aconselhamento, suporte técnico e de programas de concertação de políticas e informações visa impulsionar o trabalho em parceria entre os 311 municípios da Província de Barcelona. O grupo a que se destinam as políticas e práticas desta instituição não é a população imigrante mas o conjunto da população, pretendendo-se uma “normalização” de toda a população, isto é, uma assimilação das populações imigrantes. Através de uma colaboração institucional com os municípios locais, o Servicio de Políticas de Diversidad y Ciudadanía, Área de Igualdad y Ciudadanía da Diputació de Barcelona visa promover uma integração dos imigrantes nos locais / regiões onde se inserem através de uma perspectiva transversal. Para isso, o serviço tem ao seu dispor um conjunto de recursos, nomeadamente, possibilidades de acesso a formação, acessoria técnico-jurídica, informação, acesso a publicações e investigações, intercâmbio de conhecimentos (e.g. Boas práticas), bases de dados de legislação, etc.. A integração do nível local nas políticas migratórias Europeias é outra das linhas de trabalho desta instituição visando uma melhor integração dos imigrantes<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> A Comunicação de Jerónimo Silva representante da Associação NÓS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento ONGD pode ser consultada em:  
<http://www.inclua.eu/Documentos/Comunicações/ComunicaçõesdaConferência/tabid/150/Default.aspx>

<sup>16</sup> Para saber mais sobre estes projectos ver: [www.diba.cat/diversitat](http://www.diba.cat/diversitat).

## WORKSHOPS

A série de quatro workshops funcionou como sessões especializadas para um debate mais intenso entre os participantes. Estes workshops foram divididos em grandes áreas temáticas proporcionando aos participantes um aprofundamento do conhecimento mútuo sobre as boas práticas e os estudos já realizados nas regiões de onde estes eram originários. A organização dividiu previamente os workshops em quatro áreas: **Workshop I:** Práticas e Metodologias de Trabalho para a Integração Social e Laboral dos Imigrantes; **Workshop II:** Práticas e Metodologias de Trabalho para a Sensibilização dos Cidadãos; **Workshop III:** Apresentação de Boas Práticas de Políticas Locais de Integração de Imigrantes.(Santa Coloma de Gramanet - Terrassa); **Workshop IV:** Elaborar uma Proposta de Protocolo de Cooperação entre Cidades e Regiões da Europa, no Domínio das Políticas para a Inclusão dos Imigrantes e da Cooperação para o Desenvolvimento das Regiões dos Países de Origem.

Estes workshops desenvolveram os seus trabalhos ao longo de cerca de 3 horas e apresentaram as conclusões através de um relator interno de cada workshop. De uma forma sucinta apresentam-se essas conclusões:

### Workshop I

O **Workshop I** tinha como objectivo a apresentação de Práticas e Metodologias de trabalho para a integração social e laboral dos imigrantes. Neste âmbito, foram apresentadas diferentes abordagens por parte das autarquias locais representadas que privilegiam diferentes eixos de abordagem para a integração dos imigrantes. Destacaram-se nestas apresentações os diferentes exemplos de constrangimentos encontrados, nomeadamente, no que diz respeito ao mercado de trabalho, (e.g. em que a legislação afasta os imigrantes ilegais das acções de formação oferecidas), a questão do racismo e/ou do preconceito que prejudica a empregabilidade dos imigrantes; as segundas gerações

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



ou descendentes dos imigrantes que apresentam problemas específicos e devem suscitar ajudas igualmente específicas.

## Workshop II

O **Workshop II** tinha como objectivo a apresentação de Práticas e Metodologias de trabalho para a sensibilização dos cidadãos. Neste contexto foram apresentadas comunicações de autarquias espanholas que apresentaram os seus planos estratégicos para integração dos imigrantes, através dos quais se tenta prever e planear a integração dos imigrantes em áreas tão diversas como a religião, a educação, habitação, saúde ou mercado de trabalho. A ideia é promover de forma articulada a integração dos imigrantes com a de outros extractos da sociedade para que possam passar de uma coexistência para uma convivência. Neste processo a mensagem é a de que ambas as comunidades têm algo a ganhar e algo a ceder.

## Workshop III

O **Workshop III** tinha como objectivo a apresentação de boas práticas de políticas locais de integração dos imigrantes das autarquias de Manlleu, de Santa Coloma de Gramanet e de Terrassa. Também neste workshop foram apresentadas diferentes abordagens que enquadram fluxos específicos de imigrantes. Algumas das boas práticas apresentadas podem ser elucidativas das possibilidades existentes. Destacamos duas: (I) no primeiro caso, o princípio orientador é o da não discriminação, quer no que diz respeito aos autoctones, quer no que diz respeito aos imigrantes, garantindo uma igualdade de oportunidades no acesso à habitação, educação, saúde. Todos os planos e projectos são desenhados tendo como destino a totalidade da comunidade. (II) o segundo caso é de um tipo diferente, individualizando os destinatários. Através de um projecto que visa promover a inserção laboral do imigrante é traçado um plano individual para cada imigrante. Este plano visa fornecer ao imigrante individual as ferramentas para uma supressão de carências que o impedem de se inserir de uma forma normal no local de trabalho (e.g ferramentas linguísticas, formação profissional, aconselhamento). Estas duas abordagens, visando atingir um mesmo resultado, a integração, seguem caminhos diferentes num exemplo claro de que não há soluções ideais.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



23

## Workshop IV

O **Workshop IV** tinha como objectivo principal elaborar uma proposta de protocolo de cooperação entre cidades e regiões da Europa, no domínio das políticas para a inclusão dos imigrantes e da cooperação para o desenvolvimento das regiões dos países de origem. O moderador do painel, Manuel Ferreira, Administrador-Delegado da AMAVE, em conjunto com Annie Favrie, Representante da Mairie de Roubaix, resumiram do seguinte modo os trabalhos do workshop: a) Fez-se uma apresentação pormenorizada dos Termos de Referência do grupo de trabalho imigração e cooperação para o desenvolvimento, documento que, para os devidos efeitos, se anexa; b) Fez-se um relato das iniciativas diversas que, em Portugal, e na Região do Vale do Ave, têm vindo a ser trabalhadas, no domínio do apoio à integração social de imigrantes, em processo que, defendeu, deve ter sempre como oportunidade de referência a cooperação com as Regiões dos Países de onde são originários os imigrantes. c) Neste contexto, apresentou-se as iniciativas da AMAVE que, no âmbito do Programa Europeu URB-AL, estão a ser desenvolvidas pelo Projecto PAGUS-AL, envolvendo as cidades Europeias de Narni (Itália), Santiago de Compostela (Espanha), Guimarães (Portugal) e Cidades de países Latino-Americanos, designadamente, Olinda e Juiz de Fora (Brasil), Valparaíso (Chile), Colónia de Sacramento (Uruguai) e Santa Fé (Argentina); d) Evidenciou-se o papel desenvolvido pela NÓS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento, que começou por trabalhar exclusivamente com a Guiné-Bissau, e, mais, tarde, veio a assumir-se como uma ONGD juvenil, trabalhando com as Organizações de Juventudes de PALOP e, designadamente, em Projectos de Intercâmbios de Jovens na Europa, com alguns casos bem sucedidos. e) Evidenciou-se que, tendo conhecimento de muitas outras iniciativas, no domínio do apoio à imigração e à cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente em Espanha e França, nesse momento, não será necessária a elaboração de novo Protocolo de Cooperação, sendo conveniente, no entanto, que o actual grupo de trabalho da ACTE “imigração e cooperação para o desenvolvimento” seja alargado, desde já, a todas as Cidades que participaram no Projecto da Conferência INCLUA, e, depois, a outras Cidades Europeias, mesmo que não sejam Geminadas na ACTE, para o que bastará uma Declaração de Adesão,. Seguiu-se um amplo debate sobre os assuntos colocados pelo Moderador, sendo de evidenciar, entretanto, a informação que foi prestada pela Annie Favrie sobre as actividades da REVES – Rede Europeia de Cidades de Economia Social, cuja Sede é em Bruxelas e que agrega,

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



24

como Membros, Autoridades Locais e Dirigentes de Organização Europeias de Economia Social, sendo que a REVES poderá, também, ser contactada para uma eventual participação em iniciativas como as que têm estado a ser tratadas nesta Conferência.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento da conferência INCLUA - Trabalhando Juntos para Inclusão dos Imigrantes, que decorreu igualmente no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, serviu para abrir caminho ao debate em torno da integração dos imigrantes e lançou novas ideias para a sua inclusão na sociedade. A cerimónia de encerramento contou com a presença na mesa de honra de: **Fernanda Rodrigues**, Coordenadora Nacional do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, **Rui Marques**, Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, **António Alberto de Castro Fernandes** (Presidente da AMAVE e Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso); **António Magalhães** (Presidente da Câmara Municipal de Guimarães); **Fernando Moniz** (Governador Civil do Distrito de Braga); **António Guimarães Rodrigues** (Comissário da Conferência e Reitor da Universidade do Minho); **Edgardo Canuto** (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Biella – Itália); **Theodoro Romero** (Vice-Presidente da Diputacion de Barcelona – Espanha), **Pedro Góis**, Assistente da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Investigador Permanente do Centro de Estudos sociais da Universidade de Coimbra.

**Fernanda Rodrigues, Coordenadora Nacional do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)** apresentou o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), sobretudo na sua vertente de inclusão imigrante. Este plano tem uma filiação na Cimeira de Lisboa da UE do ano 2000 e no método aberto de coordenação (MAC) que veio implementar uma estratégia, que visava a implementação de planos nacionais em várias áreas, designadamente na área da inclusão. Em 2005 há uma revisão desta Estratégia de Lisboa que visa re-agendar as questões da coesão e da inclusão social e racionalizar o MAC. O PNAI é um programa de coordenação estratégica e operacional das políticas de combate à pobreza e à exclusão social, fundado em objectivos comuns aplicados a todos os Estados-membros da União Europeia. De acordo com Fernanda Rodrigues, o PNAI visa a adopção de medidas que permitam combater a pobreza persistente, encontrando-se estruturado em torno de três prioridades: combater a pobreza das crianças e dos idosos; corrigir as desvantagens na

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



26

educação e formação e ultrapassar as discriminações e reforçar a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Em termos de medidas especificamente direccionadas para os imigrantes, existem 3 tipos de medidas previstos:

1. **Medidas – Educação, Qualificação e Promoção da Integração Laboral.** Neste âmbito pretende-se a correcção das desvantagens na aprendizagem da língua portuguesa, melhoria da formação e inserção no mercado de trabalho, como por exemplo, através da criação de uma bolsa de formadores nas áreas da imigração e minorias; gabinete de educação e formação intercultural especializado nas áreas da imigração, minorias e interculturalidade; programas de integração sócio-profissional para imigrantes desempregados com medidas facilitadoras de inserção social, cultural e profissional; programa Escolhas, (o qual visa a inclusão mediante a garantia de oportunidades a crianças e jovens descendentes de imigrantes e minorias étnicas); inclusão do Português como língua não materna no currículo nacional, e definição de novo regime de equivalência de habilitações estrangeiras, designadamente, simplificando o processo de instrução dos pedidos para a prossecução dos estudos dos alunos estrangeiros cuja língua materna não é o português;

2. **Medidas ao nível de equipamentos e informação,** nomeadamente, o alargamento da informação (CNAI E CLAI) e criação de um site CNAI com o qual se visa promover o acesso à informação e interactividade nos vários gabinetes presentes nos CLAI'S; Serviço SOS Imigrante com linha telefónica informativa sob a temática da imigração em 6 línguas. Está também previsto o funcionamento do Observatório de Tráfico de Seres Humanos, definição de um modelo de acolhimento e apoio às vítimas de tráfico de seres humanos que promova uma análise precisa, actual e independente da evolução do crime de tráfico de seres humanos e apoie e acolha as suas vítimas;

3. **Medidas – no plano legislativo/ organizativo** como por exemplo, a Lei da Imigração com o estabelecimento de um novo regime de entrada e residência de estrangeiros no território nacional e a Lei da Nacionalidade que reconheça o direito de cidadania e valorização do critério *ius soli* na concessão da nacionalidade a imigrantes de 2ª e 3ª geração. Sumariando, de acordo com Fernanda Rodrigues, os domínios de intervenção junto da população imigrante passam pelo alargamento da informação, correcção das desvantagens na aprendizagem da língua portuguesa, melhoria da formação e inserção no mercado de trabalho. Pretende ainda o reforço no acolhimento e apoio às

vítimas de tráfico de seres humanos e a implementação de dispositivos legais facilitadores da inserção. Segundo a coordenadora do PNAI, está previsto um programa de integração sócio-profissional do imigrante, que permitirá um apoio à colocação, fazendo com que ofertas do mundo de trabalho sejam acessíveis a este grupo, formação profissional especial, cursos de educação e formação de adultos, programas ocupacionais e orientação profissional. Os apoios passam ainda pelo apoio a empresas de inserção e à procura activa de emprego<sup>17</sup>.

**Frédéric Lerais**, apresentou em síntese alguns dos desafios que as migrações contemporâneas apresentam aos países da UE e aos países de origem dos imigrantes. Para Frederic Lerais a gestão dos fluxos migratórios e integração dos imigrantes é uma prioridade para os países receptores em 3 níveis diferentes: (1º) é essencial para inverter o ciclo de hostilidade em relação aos imigrantes; (2º) é essencial porque tem um impacto directo na integração dos imigrantes; (3º) é essencial porque permitirá implementar outro tipo de políticas migratórias, políticas mais dinâmicas. Por outro lado, outra das temáticas analisadas nesta conferência foi a política de cooperação com os países em via de desenvolvimento. Frédéric Lerais apresentou as opções e estratégias da União Europeia neste âmbito em 3 níveis diferentes: as remessas individuais; as ajudas Estado a Estado ou União Europeia – Países em Desenvolvimento; as fugas de cérebros.

A Sessão de Encerramento contou ainda com a presença do **Alto-Comissário para Imigração e Minorias Étnicas, Dr. Rui Marques**. De acordo com o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, a política de imigração deve ser inspirada na repartição de riqueza e unidade na diversidade, pilares fundamentais que estiveram na base do projecto da actual Europa dos 25. É este o grande desafio que a Europa enfrenta para desenvolver as suas políticas de imigração, uma missão que deve assentar nos valores e pilares que estiveram na base da criação do projecto europeu, inspirados na partilha da riqueza entre Estados-membros e unidade na diversidade. Segundo Rui Marques, é fundamental ir beber à fonte da constituição do projecto da actual Europa dos 25 para que a missão de integração dos imigrantes se desenvolva e cresça da melhor forma: “foi a

<sup>17</sup> A comunicação e apresentação de fernanda Rodrigues pode ser encontrada em: <http://www.inclua.eu/Default.aspx?tabid=150>.

capacidade de partilhar riqueza entre os seus membros que fez a Europa crescer. E esse projecto precisa de ser lembrado, recuperado e marcar as políticas de imigração”, realçou. Rui Marques lembra ainda que, tal como a Europa aprendeu, “a única forma de gerar paz, crescimento e desenvolvimento é criar desenvolvimento para todos”. O outro pilar base que o Alto Comissário entende ser factor chave na integração dos imigrantes passa pela unidade na diversidade, capacidade de assumir um diálogo multicultural. De acordo com Rui Marques, precisamos de um mundo aberto. A capacidade de livre circulação de bens, capitais e pessoas é um desafio que tem que estar à nossa frente destacou, acrescentando que “não se fala de uma Europa sem fronteiras, mas de um olhar político que saiba privilegiar a unidade na diversidade”. Segundo, fez questão de frisar uma das dimensões neste campo da imigração diz respeito à integração de proximidade: “a questão de fio para a integração dos imigrantes coloca-se a vários níveis. Muitas vezes olha-se para a questão macro e para a Lei e vezes de menos olhamos para o nível local. E é a nível local que se joga o sucesso da integração”, explicou. Para o ACIME, não chegam leis políticas, “é fundamental que ao nível da comunidade local se desenvolva o trabalho em torno das autarquias. A AMAVE dá um passo de primeira linha ao agir nesta integração de proximidade”, elogiou o responsável, felicitando ainda a cidade de Guimarães pela organização de uma iniciativa descentralizada e ao nível europeu. O Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas lembrou ainda que 2007 será um ano de grande aposta na integração de proximidade, sendo de destacar o papel das autarquias e da sociedade civil como “principal pilar deste mecanismo”. Colocando a tónica neste sentido, Rui Marques deixou o apelo à sociedade civil e às instituições: é no exercício de cidadania que resulta uma boa ou má política de acolhimento dos imigrantes.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



## 2. CONCLUSÕES:

Esta conferência foi uma realização de grande sucesso. Deu já alguns frutos, como explicitado neste relatório, mas sobretudo lançou sementes para realizações futuras. Desde logo, a abertura da conferência foi *sui generis* porque não se limitou a recepcionar conferencistas e convidados. Desde logo o tipo e qualidade dos vários intervenientes nesta cerimónia deixava antever a potencial qualidade dos trabalhos futuros. Numa breve síntese pudémos compreender a abrangência a que esta conferência se propunha dar visibilidade e a diversidade das presenças confirmar-se-ia como uma mais valia indiscutível. Desde uma apresentação da problemática da imigração e integração feita pelo conselheiro da Comissão Europeia, Frédéric Lerais, que apresentou uma perspectiva integrada desde uma visão transnacional europeia; ao envolvimento do poder local através de António Magalhães ou Edgardo Canuto que trouxeram uma abordagem a partir dos eleitos para o poder local, o local onde se acolhem e integram em concreto os imigrantes; ao envolvimento do poder central através do Sub-secretário de Estado Português Fernando Rocha de Andrade que relembrou e bem, que as políticas não se resumem às polícias; ao envolvimento do mundo académico com a presença do Reitor da Universidade do Minho que é demonstrativo da importância que este tipo de conferências tem, também para a *academia*. Participaram igualmente nesta conferência representantes de sectores-chave da sociedade portuguesa e membros de instituições europeias. O facto de ter sido possível concertar esta diversidade de perspectivas sobre uma mesma temática da inclusão dos imigrantes mostra a sua centralidade e um desejo de concertação tornado aqui realidade.

Faltava, no entanto, a cereja no topo do bolo, e a presença (tantas vezes esquecida) da voz, na primeira pessoa, dos imigrantes, neste caso a voz e presença de Marcelino da Rosa, empresário luso-cabo-verdiano que, através da sua história de vida, relembrou que o são precisos dois para dançar o tango, ou seja, que para além do envolvimento do Estado e da Sociedade, o envolvimento dos próprios imigrantes é essencial para a concretização de um processo de inclusão.

Complementarmente, a intervenção de uma representante do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas português apresentou o resultado de alguns anos de trabalho consolidado num conjunto de boas práticas que podem facilmente ser adoptados por outras estruturas locais, regionais

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



30

ou nacionais. Estas boas práticas, em conjunto com as boas práticas apresentadas por representantes de autarquias espanholas ou italianas, ou por uma estrutura supra-local como é a disputacion de Barcelona, constituem a base para uma troca sistemática de ideias e procedimentos para uma melhor inclusão dos imigrantes nas sociedades de destino. De alguma forma, está por realizar uma comparação sistemática entre estas boas práticas, mas a AMAVE lança aqui as sementes para que este trabalho possa ser feito no futuro. São necessários apoios institucionais e financeiros mas este é um projecto que mostrou já ter pernas para andar. Os casos do sul da Europa são comparáveis entre si, vários autores o têm demonstrado, e como estas sociedades partilham muitas características comuns seria importante que começassem também a partilhar boas práticas. Saliento aqui, e para tentar lançar a semente, a ideia de um fundo de apoio à cooperação e desenvolvimento com os países / ou regiões / ou localidades de origem dos imigrantes que pudesse ser gerido de forma transnacional. Teo Romero referiu-se ao exemplo das associações municipais ao nível da Catalunha que permitiram rentabilizar investimentos, penso que esta é uma prática que pode ser exportada para o nível nacional ou supra-nacional e que estas cidades se encontram numa óptima posição para iniciar este processo.

Um outro momento alto da conferência ocorreu com o conjunto de intervenções dedicadas à cooperação e ao apoio ao desenvolvimento, aqui vistos como países de origem da imigração. Esta é sem dúvida uma das temáticas mais actuais nas análises das migrações contemporâneas: ligar o desenvolvimento à migração é um lugar comum e uma falácia. Não é por um país ser muito desenvolvido que não possui emigrantes, possui é emigrantes por opção. Num país pouco desenvolvido esta é a única opção. Olhar, portanto, para o extremo mais longínquo da cadeia migratória, potenciar o desenvolvimento das origens através de um apoio estratégico e concertado ao desenvolvimento é uma acto racional que conduzirá a uma melhor integração dos migrantes nas sociedades de destino. Quer as Nações Unidas, quer a União Europeia têm dedicado uma especial atenção a este tipo de estratégias de apoio e cooperação e a inclusão desta temática nesta conferência resulta numa actualidade e desafio muito importante. Os exemplos trazidos pela agência governamental portuguesa para o apoio ao desenvolvimento (IPAD) por duas ONG's e o papel da(s) Igreja(s) são *per si* importantes e, no seu conjunto, de uma complementariedade que importa destacar. Por outro lado, o discurso humanista presente nas diferentes intervenções, mostrou que existe um potencial ainda grande para aumentar as colaborações, e para o envolvimento de diferentes

esferas da sociedade no apoio ao desenvolvimento e na cooperação. Este envolvimento pode e deve ter lugar nos dois extremos da cadeia migratória (a origem e o destino), envolvendo os migrantes e as suas associações, as autarquias, as ONG's e os indivíduos que se queiram juntar a este esforço. A título de sugestão, gostaria de salientar o potencial que existe no âmbito da ACTE (como cidades geminadas) para criar estruturas piloto transnacionais que também a este nível se tornassem exemplo de boas práticas. Mais uma vez se torna necessário o apoio financeiro e institucional para que a semente que foi lançada tenha potencial para germinar.

Gostaria ainda de, nestas conclusões, de realçar um outro marco importante alcançado nesta conferência: a presença de académicos dialogando com decisores políticos. A neutralidade e objectividade das análises científicas que vêm sendo realizadas nos países ocidentais sobre a problemática das migrações tem permitido obter um conjunto relevante de dados, estudos, análises e teorias. Estes estudos ficam, no entanto, muitas vezes encerrados no mundo académico e têm dificuldade em circular para além das suas fronteiras. O exemplo da conferência Inclua é, por isso, de destacar. Ao permitir que o discurso académico imbrigue e dialogue com o discurso dos decisores esta conferência criou as bases para futuros foruns de diálogo. As migrações mudam as sociedades e as sociedades mudam as migrações. A única forma de abordar esta realidade é de maneira integrada, estabelecendo pontes entre o local, o nacional, o supra local e o trans nacional. O envolvimento dos vários interessados, a análise conjunta dos problemas, a procura de soluções comuns é, nesta problemática, a solução para muitos dos obstáculos. Não é necessário re-inventar a roda mas urge saber utilizá-la. Esta conferência mostra que também aqui há um longo caminho a percorrer mas que é possível fazê-lo unindo esforços de entidades e instituições dispersas. Mais do que fomentar mais e mais estudos ou investigações torna-se necessário criar bases de dados do que conhecemos. Estruturas como a ACTE podem fazer essa ponte e permitir criar um alicerce para uma melhor integração dos imigrantes.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



32

**Anexos:**

---

A acompanhar o presente relatório encontra-se a seguinte documentação: lista de participantes; programa de trabalhos; comunicações apresentadas.

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## Lista de Participantes da Conferência Internacional INCLUA

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## Programa da Conferência Internacional INCLUA

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa

## Comunicações apresentadas na Conferência Internacional INCLUA

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADO POR:



Geminação de cidades  
Cidadania europeia activa